

Medidas epidemiológicas na contenção da Covid-19: um recorte no Estado de Pernambuco

Epidemiological measures in the containment of Covid-19: a highlight in the State of Pernambuco

Medidas epidemiológicas en la contención de Covid-19: un corte en el Estado de Pernambuco

Recebido: 19/09/2021 | Revisado: 23/09/2021 | Aceito: 26/09/2021 | Publicado: 27/09/2021

Carla Vitória Mendes Paes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5663-9650>
Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil
E-mail: carla.vitoria77@gmail.com

Roberta Novaes de Santana

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3038-942X>
Universidade Federal da Bahia, Brasil
E-mail: robertasantana333@gmail.com

Marcos Ramon Ribeiro dos Santos Mendes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9176-6797>
Hospital Universitário – UNIVASF, Brasil
E-mail: marcosramon-mengo@hotmail.com

Clarisse Caetano Sabino dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7979-0049>
Secretária Municipal de Goiânia – GO, Brasil
Email: clarissefdj@gmail.com

Rebeca Gomes Pedrosa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7444-833X>
Instituição e Faculdade Estácio de Juazeiro, Brasil
E-mail: rebeca_gomes98@hotmail.com

Giselle de Medeiros Felix

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9492-2716>
Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, Brasil
E-mail: gisellefelix9@gmail.com

Janilson Barros de Sa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4360-1060>
Hospital Regional Fernando Bezerra, Brasil
E-mail: janbupe@gmail.com

Resumo

Introdução: Identificar as principais ações da vigilância em saúde, no que diz respeito à elaboração de políticas públicas, na prevenção do avanço da pandemia desde a sua chegada ao Brasil, dando ênfase à sua progressão no Estado de Pernambuco. **Desenvolvimento:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em que utilizou-se as bases de dados: SciELO, Google acadêmico, BVS e CAPES para reunir artigos acerca do assunto explorado. Como critério de inclusão foram priorizadas pesquisas nacionais, publicadas entre os anos de 2017 a 2021, que abordassem os mecanismos de ação da vigilância em saúde e da implementação de políticas públicas em saúde. Desse modo, evidenciou-se que as ações da vigilância em saúde iniciaram-se antes da pandemia acometer o Brasil, tendo suas principais ações a coleta de informações e publicação de Boletins Epidemiológicos e Notas Técnicas em busca de preparar o SUS para o manejo de possíveis pacientes. A implementação e atualização de ferramentas para registro de casos suspeitos auxiliou o trabalho de profissionais da saúde e permitiu a disponibilização de informações sobre casos, “fake news” e demais dados de transparência. **Conclusão:** Apesar da implementação tardia das medidas de segurança, a vigilância em saúde em Pernambuco desempenhou um importante papel no planejamento, condução, organização, fiscalização, monitoramento, contenção de danos e proteção da saúde da população. Os dados registrados subsidiam as ações, e apoiam a elaboração de políticas públicas para a ação da vigilância, garantindo obrigatoriedade ao cumprimento das recomendações das medidas preventivas.

Palavras-chave: Vigilância em saúde pública; Covid-19; Política de saúde.

Abstract

Introduction: To identify the main health surveillance actions, with regard public’s policies development, to prevent pandemic’s advance since it’s arrival in Brazil, highlighting progression in State of Pernambuco. **DEVELOPMENT:** This is a bibliographic research which was used the following database: SciELO, Academic Google, BVS and CAPES to compile articles on the topic explored. As an inclusion criterion, brazilians surveys, published between 2017 and

2021, that addressed the action mechanisms of health surveillance and implementation's in public health policies were prioritized. Thus it was evident that health surveillance actions initiated before the pandemic reached Brazil, with the main actions being the collection of information and the publication of Epidemiological Bulletins and Technical Notes in order to prepare "SUS" management's for possible patients. The implementation and updating of tools for recording suspected cases assisted health professionals on their work and made it possible to provide information on cases, fake news and other transparency data. Conclusion: Despite the late implementation of security measures, health surveillance from Pernambuco played an important role in planning, conducting, organizing, inspecting, monitoring, containing damage and protecting the population's health. The registered data also subsidize the actions and public's policies elaboration for inspection action, guaranteeing the obligatory fulfillment recommendations of preventive measures.

Keywords: Public health surveillance; Covid-19; Health policy.

Resumen

Introducción: Identificar las principales acciones de vigilancia en salud, en desarrollo de políticas públicas, para prevenir el avance de la pandemia desde su llegada a Brasil, destacando su progresión en el Estado de Pernambuco. DESARROLLO: Se trata de una investigación bibliográfica en que se utilizaron las siguientes bases de datos: SciELO, Academic Google, BVS y CAPES para recopilar artículos sobre el tema explorado. Como criterio de inclusión se priorizaron las encuestas nacionales, publicadas entre 2017 y 2021, que abordaron los mecanismos de acción de la vigilancia en salud y la implementación de políticas públicas de salud. Así, se evidenció que las acciones de vigilancia de salud iniciadas antes de la pandemia llegaron a Brasil, siendo las principales acciones la recolección de información y la publicación de Boletines Epidemiológicos y Notas Técnicas con el fin de preparar el SUS para el manejo de posibles pacientes. La implementación y actualización de herramientas para el registro de casos sospechosos ayudó el trabajo de los profesionales de la salud y permitió brindar información sobre casos, "noticias falsas" y otros datos de transparencia. Conclusión: A pesar de la implementación tardía de las medidas de seguridad, la vigilancia de la salud en Pernambuco jugó un papel importante en la planificación, conducción, organización, inspección, monitoreo, contención de daños y protección de la salud de la población. Los datos registrados subsidian las acciones y subsidian la elaboración de políticas públicas para la acción fiscalizadora, garantizando la obligación de cumplir con las recomendaciones de medidas preventivas.

Palabras clave: Vigilancia en salud pública; Covid-19; Política de salud.

1. Introdução

No final de dezembro de 2019 foi registrada a existência do SARS-COV-2, um novo tipo de vírus da família do coronavírus, que inicialmente causou um surto de pneumonia na cidade de Wuhan, na China. Graças a globalização, o vírus rapidamente se tornou uma ameaça mundial, sendo declarado como emergência internacional pela OMS no dia 30 de janeiro de 2020. Ao pontuar a fisiopatologia e a partir disso visualizou-se os principais sinais e sintomas da doença, que corroboraram com a identificação das formas de prevenção. Desta forma, o Congresso Nacional declarou estado de calamidade pública em 20 de março de 2020, priorizando neste momento as ordens de distanciamento social, recomendadas pela OMS, em busca da contenção da doença (Harzheim *et al.*, 2020).

Sendo assim, a realização de esforços no âmbito nacional e internacional desempenharam um importante papel para o monitoramento da progressão da pandemia ocasionada pela Covid-19, tendo a vigilância em saúde como principal ferramenta para isso. No Brasil, a vigilância em saúde possui um importante papel no controle da saúde pública, através do planejamento estratégico baseado no controle de agravos à saúde e situações que ofereçam risco à saúde pública. Este processo demanda o planejamento e a implementação de políticas públicas que busquem prever e conter danos e, quando possível, sanar o problema apresentado. Dito isso, é possível entender como os agravos à saúde, e pandemias de modo geral, são capazes de modelar a forma de vida de uma civilização (Teixeira *et al.*, 2018; Silva *et al.* 2020a).

Como reflexo dos movimentos sociais e situações de saúde atuais, as políticas públicas em saúde são princípios norteadores da ação do poder público para o controle de danos. Elas são pensadas e formuladas para orientar ações do Estado direcionadas para o controle social. No caso da pandemia do Covid-19, essas ações foram norteadas para o controle de danos e contenção do avanço da pandemia, pautados nos princípios e diretrizes do SUS. Tendo como base diferentes modelos de ação utilizados em uma variedade de surtos sanitários. Apoiando suas ações, principalmente, em evidências científicas que buscam a

proteção de todos os envolvidos no processo saúde-doença. As principais estratégias envolvem a agregação de dados e a vigilância de casos (Aquino *et al.*, 2020; Prado *et al.*, 2021).

Em relação a pandemia causada pela Covid-19, as primeiras ações da vigilância em saúde ocorreram na detecção de novos casos, através da realização de boletins epidemiológicos com foco em ações de prevenção e enfrentamento da doença. Ainda em janeiro de 2020, a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) acionou os Pontos Focais Nacionais do Regulamento Sanitário Internacional da OMS (PFN-RSI/OMS) que desenvolviam ações de avaliação de risco e planejamento estratégico, para o repasse de informações aos governos locais, envolvendo os atores do Sistema Único de Saúde (SUS) na avaliação de casos suspeitos, através das principais descobertas clínicas, assim como no manejo de casos existentes, sendo que estes dados, que anteriormente seriam carregados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), passaram a ser carregados em uma diferente plataforma somente para o Covid-19, o E-SUS Notifica (Croda & Garcia, 2020; Silva, 2020b).

Diante da emergência social, econômica e principalmente de saúde, evidenciada pela pandemia, notou-se a importância do estudo das estratégias epidemiológicas utilizadas para sua contenção. Desse modo, justifica-se como ferramenta de estudo e avaliação das ações, assim como o meio de preparo para outras situações adversas, como pandemias e epidemias futuras.

Sendo assim, o presente estudo busca identificar as principais ações da vigilância em saúde, no que diz respeito à elaboração de políticas públicas, na prevenção do avanço da pandemia desde a sua chegada ao Brasil, dando ênfase à sua progressão no Estado de Pernambuco. Com o objetivo de pontuar sua eficácia para contenção do avanço da doença e o seu impacto social no planejamento estratégico em saúde.

2. Metodologia

Trata-se de pesquisa bibliográfica que utilizou as bases de dados online: Brasil Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para reunir artigos. Estes foram selecionados contanto que abordassem os mecanismos de ação da vigilância em saúde e da implementação de políticas públicas em saúde. Após a escolha do tema, houve a delimitação dos termos para busca que baseou-se na viabilidade e relevância. Sendo assim, utilizou-se as seguintes palavras-chave: Políticas Públicas em Saúde, Vigilância em Saúde e Covid-19 (Cerca & Bervian, 2002).

O levantamento bibliográfico ocorreu no período de 10 de julho a 24 julho de 2021, foram detectadas 102 produções. Para a seleção da amostra adotou-se os seguintes critérios de inclusão: artigos científicos, teses e dissertações acerca das medidas epidemiológicas na contenção da Covid-19, no idioma português brasileiro. Após a aplicação de tais critérios, foram selecionadas 57 publicações. A pesquisa bibliográfica que se fundamenta na reunião de achados científicos, priorizou como critérios de inclusão pesquisas nacionais, visando aproximar a discussão ao contexto brasileiro, bem como pesquisas e diretrizes publicadas a partir de 2017, com o objetivo de tornar este estudo mais atual. Sendo excluídos artigos em outras línguas, que tratassem de medidas epidemiológicas não aplicadas no Brasil. O enfoque principal era direcionar as ações a nível local, observando o estado de Pernambuco.

Seguiu-se com a leitura criteriosa de todos os resumos, sendo que as produções foram excluídas baseados nos seguintes critérios: duplicatas no momento da busca, artigos que não se tratavam do objeto do estudo e documentos que não corresponderam às medidas epidemiológicas aplicadas no estado de Pernambuco. Desta forma, consolidou-se a seleção e leitura minuciosa de 5 publicações, para análise de dados, e então identificação da importância da vigilância em saúde para promoção da saúde e contenção do avanço da pandemia da Covid-19 no Estado de Pernambuco.

3. Resultados e Discussão

Em decorrência da pandemia, ocorreram diversas mudanças sociais no Brasil, que afetaram diretamente o sistema de saúde, a economia e a dinâmica social de forma geral. Ainda assim, o acesso à saúde e condições de vida continuam sendo direitos constitucionais a serem garantidos pelo Estado (Sturza *et al.*, 2020). Dito isso, é necessário observar como Pernambuco reagiu à pandemia do Covid-19.

As primeiras movimentações do Estado para contenção da pandemia aconteceram ainda no mês de janeiro. As primeiras ações foram direcionadas ao planejamento estratégico, levando em consideração as informações até então conhecidas sobre a doença. Neste mesmo mês, foram publicados os primeiros Boletins Epidemiológicos sobre o agravo à saúde, com o intuito de realizar Educação em Saúde acerca da prevenção e enfrentamento da doença, principalmente pelos profissionais da saúde. Sendo uma publicação de caráter técnico-científico de formato eletrônico, configura-se como um instrumento de vigilância para divulgar informações qualificadas e relevantes sobre agravos à saúde com potencial de ameaçar a Saúde Pública. Com o avanço da pandemia, os estados brasileiros assumiram uma maior autonomia em sua gestão e os Boletins Epidemiológicos passaram a ser estaduais. Ainda em janeiro, Pernambuco começou a capacitar os profissionais da saúde e desenvolveu suas primeiras Notas Técnicas para o manejo correto do paciente, sendo que três hospitais foram apontados como referência a possíveis casos suspeitos do novo vírus (SES-PE, 2021a; Segata, 2020).

Nesse contexto, ações foram realizadas junto a agências internacionais, para sistematização das atividades do Ministério da Saúde (MS). Destaca-se a inclusão do risco à saúde pública pelo Comitê de Monitoramento de Eventos no dia 10 janeiro de 2020 e a incorporação do Centro de Operações de Emergência (COE) do MS. Neste momento, o COE, possuía um importante papel de harmonizar, planejar e organizar condutas tanto em nível local, quanto em internacional. Após diversas avaliações de risco, no dia 27 e janeiro de 2020 foi acionado o primeiro plano de contingência e no dia 30 foi publicado o Decreto Nº10.211 que media a ação do Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional (GEI-ESPII). O GEI-ESPII possui integrantes da: Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Defesa, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento, Gabinete de Segurança Institucional e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que articulou as medidas de preparação para o enfrentamento da situação eminente. Sendo, então, responsável pelo planejamento das ações que dizem respeito a contenção da pandemia (Croda & Garcia, 2020; Soares, 2020).

Apesar das primeiras medidas para avaliação dos riscos da eminente pandemia terem sido tomadas em janeiro de 2020, no mês de fevereiro ainda aconteceram diversos eventos sociais que consistem na reunião de pessoas de diversas partes do mundo: o carnaval, evento que aconteceu em diversos estados do Brasil. Como consequência, o primeiro caso confirmado de Covid-19 no dia 26 de fevereiro de 2020 e a sua transmissão comunitária já reconhecida no mês de março. Em Pernambuco, os dois primeiros casos da doença foram confirmados no dia 12 de março de 2020, na cidade do Recife (Araujo *et al.*, 2021).

A partir de então, houve o direcionamento de ações a níveis estaduais e municipais, principalmente no que diz respeito às primeiras medidas de distanciamento social: com a recomendação de restrição de viagens aéreas e a adoção de intervenção não farmacológica. Nesse sentido, no dia 13 de março de 2020, o Ministério da Saúde (MS) recomendou a quarentena e o isolamento social, que foi implementado por diversos prefeitos e governadores na semana seguinte. No início de março, foi publicado o primeiro Boletim Epidemiológico pernambucano, havendo atualizações diárias até o presente dia. Nestes boletins, constam informações importantes sobre casos suspeitos e confirmados, óbitos, recuperação dos pacientes, atualização de notas técnicas, assim como os dados da vacinação atualmente (Silva *et al.*, 2020c; Ximenes *et al.*, 2021).

O fechamento do comércio no estado de Pernambuco ocorreu no dia 20 de março de 2020, tendo sua reabertura regulamentada no dia 15 de junho, sob regras estabelecidas pela vigilância sanitária. Em relação à reabertura do comércio, a mesma se deu de forma prematura, causando aumento dos casos e superlotação do Sistema de Saúde local. Quanto ao uso de

máscara, apesar de ser recomendado pela OMS desde março, a obrigatoriedade do seu uso foi regulamentada pela Lei nº 16.918 de 18 de junho de 2020. Tornando obrigatório seu uso em todo o estado, ao utilizar vias públicas, parques e praças; pontos de ônibus, terminais de transporte coletivo, rodoviárias, portos e aeroportos; veículos de transporte coletivo, táxis e transporte por aplicativos; repartições públicas, estabelecimentos comerciais, industriais, bancários, empresas prestadoras de serviços e quaisquer estabelecimentos congêneres; e outros locais em que possam haver aglomeração de pessoas (Araujo *et al.*, 2020).

No dia 26 de março de 2020, o MS disponibilizou uma nova plataforma para o registro de casos suspeitos, confirmados e tratados do novo coronavírus. Os agravos notificáveis são alimentados ao SINAN, que até o dia 26/03/2020 recebia também as informações do Covid. Assim, buscando otimizar a atualização nacional sobre os registros da doença, o E-SUS Notifica se apoia em recursos de alto desempenho (Brasil, 2021a).

Já a nível estadual, foi inserido no Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde de Pernambuco (Cievs-PE) - plataforma para detectar, monitorar e coordenar a resposta às emergências em saúde pública - uma nova página para detecção e notificação de informações acerca do coronavírus, buscando um melhor manejo dos casos. Além desta plataforma, há a principal plataforma estadual que reúne informações sobre a doença, pecontracoronavirus.pe.gov.br. Nela são atualizadas informações sobre os casos, “fake news” e dados sobre a transparência. Quanto à transparência, é possível acompanhar os dados sobre os repasses financeiros para o controle da doença, vendo detalhadamente as despesas com a Covid-19 e as contratações emergenciais realizadas em resposta à pandemia. Torna-se evidente a importância de tecnologias leves para disseminação de informações e, principalmente, para atualizações acerca do desenrolar da pandemia (Ceccon & Schneider, 2020).

Nesse site, foram divulgadas diversas informações acerca do novo coronavírus, à medida em que novas descobertas eram feitas. As recomendações ao trabalho dos profissionais da saúde são divulgadas em notas técnicas, que cobrem aspectos importante da vigilância ao desenvolvimento das doenças, tais como: orientações sobre coleta de amostras clínicas; notificação de casos; recomendações sobre a codificação das causas de morte para óbitos por Covid-19; planos de contingência para infecção e reinfecção pelo vírus; entre outros protocolos direcionados ao seu manejo (Costa *et al.*, 2020).

Além da regulamentação de protocolos para reabertura do comércio, testagem de casos suspeitos, monitoramento de contatos, controle de casos e outros tantos papéis desempenhados pela vigilância epidemiológica, também era papel regulamentar a testagem de vacinas que ocorria no Brasil durante o ano de 2020. Logo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a condução de 4 estudos clínicos, sendo as vacinas: da Oxford, da Sinovac, da Pfizer e da Jansen. Todos estes testes foram desenvolvidos contando com a participação de voluntários, assim como todos tiveram suas vacinas aprovadas em algum período de 2021 (Brasil, 2021b).

Em fevereiro de 2021, o governo de Pernambuco disponibilizou as primeiras informações sobre a vacinação, que se iniciou priorizando os seguintes grupos: trabalhadores da saúde, idosos em instituições de longa permanência, idosos a partir de 85 anos, pessoas com deficiência institucionalizadas e a população indígena aldeada. Neste documento, a Secretaria de Saúde de Pernambuco (SES-PE) demonstrou o interesse em avançar vacinando outros grupos prioritários e posteriormente por faixas etárias. O desenrolar da vacinação era observado junto com as ondas de casos, definindo abertura ou fechamento de comércios e outros serviços que pudessem causar aglomerações. Por fim, o estado pernambucano já aplicou 6.485.772 doses de imunizantes contra o coronavírus e esta medida epidemiológica influencia diretamente na ocupação das UTIs, que registraram queda de 23% no final de julho de 2021 (SES-PE, 2021b; Wayne *et al.*, 2020).

4. Conclusão

Examinando os papéis da vigilância em saúde nesta pandemia, foi possível observar sua ação no planejamento, condução, organização, fiscalização, monitoramento e, principalmente, na contenção de danos e proteção da saúde da população.

Em momento de emergências à saúde, como na pandemia, os esforços necessários são de natureza global, contando com todas as esferas de governo para organização e monitoramento dos acontecimentos.

No Brasil, a implementação tardia das medidas de proteção custou um impacto muito grande à saúde pública, e subsequentemente à economia, já que foi necessário o fechamento dos comércios e reorganização da maioria do setor público. Políticas públicas para contenção da pandemia, inicialmente, se direcionaram à notas técnicas para guiar os profissionais da saúde, e nos boletins epidemiológicos que possuíam a disseminação de informações como uma das suas principais funções.

Apesar das mais diversas recomendações de isolamento social, uso de máscara e implementação de medidas de proteção que visavam a contenção do avanço da pandemia, o principal obstáculo encontrado está na fiscalização das atividades comerciais. No Estado de Pernambuco, a obrigatoriedade da máscara só se deu em junho, quando já haviam recomendações da OMS para isso desde março. A descoberta da vacina, apesar de dar esperanças à população, possui seus próprios obstáculos à vigilância em saúde, representados pelo rastreamento dos grupos prioritários e controle da distribuição dos imunizantes.

Diante do exposto, este estudo evidencia a importância da vigilância em saúde em todos os momentos da pandemia, assim como em todas as etapas da sua contenção. Os dados registrados subsidiam as ações, e apoiam a elaboração de políticas públicas graças à ações da vigilância em saúde e ao seu fornecimento de informações contínuas e diárias, garantindo respaldo científico às práticas obrigatórias e ao cumprimento das medidas preventivas.

Sugere-se avaliação do uso de tais medidas epidemiológicas a longo prazo, assim como a avaliação de novas políticas públicas em saúde voltadas para vigilância e prevenção do avanço da Covid-19. Fazendo-se necessário o investimento da pesquisa voltada para tal fim.

Referências

- Aquino, E. M. L., Silveira, I. H., Pescarini, J. M., Aquino, R., Souza-Filho, J. A., Rocha, A. S., et al. (2020). Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva* 25 (suppl 1).
- Araujo, C. P., Kiyotani, I. B., Santos, D. B. M., Lins, C. A. & Santos, O. A. A. (2021). Fevereiro tem carnaval? Políticas públicas para o setor de turismo em Pernambuco decorrentes da pandemia da Covid-19. *Geo UERJ*, (38), 61339
- Brasil. Ministério da Saúde. (2021a). E-SUS Notifica.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2021b). Covid-19 no Brasil.
- Ceccon, R. F. & Schneider, I. J. C. (2020). Tecnologias Leves e Educação em Saúde no Enfrentamento à Pandemia da Covid-19. *Scielo Preprints*.
- Cerco, A. L. & Bervian, P. A. Metodologia científica. (5a ed.), Prentice Hall, 2002.
- Costa, A. M., Rizotto, M. L. F. & Lobato, L. V. C. (2020). Na pandemia do Covid-19, o Brasil enxerga o SUS. *Saúde Debate*. (44), 125.
- Croda, J. H. R. & Garcia, L. P. (2020). Resposta imediata da vigilância em saúde à epidemia da Covid-19. *Epidemiol. Serv. Saúde*. (29).
- Harzheim, E., Martins, C., Wollmann, L., Pedebos, L. A., Faller, L. A. Marques, M. C. et al. (2020). Ações federais para apoio e fortalecimento local no combate ao Covid-19: a atenção primária à saúde (APS) no assento do condutor. *Ciência & Saúde Coletiva*. (25), 2493-7.
- Prado, N. M. B. L., Biscard, D. G. S., Pinto, J. E. P., Santos, H. L. P. C., Mota, S. E. C., Menezes, E. L. C. et al. (2021). Ações de vigilância à saúde integradas à Atenção Primária à Saúde diante da pandemia da Covid-19: contribuições para o debate. *Ciênc. Saúde Colet*. (26), 7.
- SES-PE, Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco. Notas Técnicas. 2021a.
- SES-PE, Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco. Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde de Pernambuco. 2021b.
- Segata, J. (2020). Covid-19, biossegurança e antropologia. *Espaço Aberto - Horiz. antropol*. 26(57).
- Silva, A. P. S. C., Maia, L. T. S. & Souza, W. V. Síndrome Respiratória Aguda Grave em Pernambuco: comparativo dos padrões antes e durante a pandemia de Covid-19. (2020c). *Ciênc. saúde coletiva*. (25), 2.
- Silva, J. F., Ferreira, H. S. Candeias, A. L. B., Pinho, M. A. B. & Oliveira, B. R. B. (2020a). A utilização do planejamento territorial no combate da COVID-19: considerações sobre a situação dos leitos nos municípios de Pernambuco, Brasil. *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia*, vol. 8, n 2.
- Silva, M. F. G. (2020b). Uma história sobre pandemia (Covid-19), isolamento e fundamentos microeconômicos de políticas públicas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 25(80).

Soares, K. H. D., Oliveira, L. S., Silva, D. C. A., Farias, A. C. N., Monteiro, E. M. L. M., *et al.* (2021). Medidas de prevenção e controle da Covid-19: revisão integrativa. *Revista eletrônica acervo saúde*, 13(2).

Sturza, J. M., Rodembusch, C. F. & Keske, H. A. O direito à saúde e os paradoxos na efetivação dos direitos sociais fundamentais: políticas públicas em tempos da Covid-19. (2020). *Opinião Jurídica*. 40(19), 421-439.

Teixeira, M. G., Costa, M. C. N., Oliveira, W. K. & Penna, G. O. Vigilância em saúde no SUS - construção, efeitos e perspectivas. (2018). *Ciência & Saúde Coletiva*. 6(23), 1813.

Ximenes, R. A. A., Albuquerque, M. F. P. M., Martelli, C. M. T., Araújo, T. V. B., Filho, D. B. M., Souza, W. V., *et al.* (2021). Covid-19 in the Northeast of Brazil: from lockdown to the relaxation of social distancing measures. *Ciênc. saúde coletiva*. 26(19).